



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Sabino Desembargador Ricardo Paes Barreto*

083

Recurso de Agravo nº 200776-3/01 - Comarca do Recife

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravado: André Luís da Silva Couto.

EMENTA: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AÇÃO DE COBRANÇA. VERBAS PLEITEADAS DECORRENTES DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO PARA ATENDER NECESSIDADE DE INTERESSE PÚBLICO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. 1. Contrato de trabalho por tempo determinado celebrado de acordo com o art. 37, inc. IX, da CF, regulamentado por Lei. 2. A ação, objeto da controvérsia, visa ao pagamento de verbas trabalhistas decorrentes de serviços prestados ao Estado. 3. A satisfação da obrigação salarial se demonstra por recibo ou comprovante de crédito em conta corrente, ônus do qual o agravante não se desincumbiu. 4. Correta, portanto, a prestação jurisdicional que reconheceu em favor do agravado o direito de receber os salários devidos e não pagos decorrentes do exercício regular de suas funções. 5. Não vulneração dos arts. 3º e 9º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 10.954/93, art. 26 da Lei 11.216/95. 6. Recurso de agravo improvido unanimemente.

R  
5524

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo nº 200776-3/01, acima referenciados, em sessão desta data, foi proferido ACÓRDÃO pelos Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 28 de junho de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto -Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

Recurso de Agravo nº 200776-3/01 - Comarca do Recife

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravado: André Luís da Silva Couto.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo diante de decisão monocrática que negou seguimento ao recurso de apelo apensado, sob o fundamento de que seriam devidas as verbas remuneratórias do agravado, ainda que se tratasse de contrato temporário de trabalho.

Segundo o agravante, a legislação local não prevê o pagamento de férias e 13º salário para servidores contratados temporariamente, prequestionando-se explicitamente os arts. 3º e 9º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual 10.954/93, art. 26, da Lei Estadual 11.216/95.

Requer, ao final, o provimento do integrativo, para fins de destrancamento do recurso de apelo, com seu regular seguimento.

É o relatório.

**VOTO**

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

Trata-se de apelação cível diante de sentença que julgou parcialmente procedente a ação de cobrança originária, condenando o Estado de Pernambuco a pagar ao Contratado o 13º salário por cada ano de serviço prestado ao apelante, bem como a verba correspondente à 1/3 da remuneração integral das férias gozadas por ele. Em suas razões, de fls. 100/101, o apelante pugna pela reforma do julgado, aduzindo ser improcedente a pretensão do contratado relativa ao recebimento de férias e 13º salários dos anos anteriores a 2003, visto que à época vigia o § 1º do art. 9º da Lei estadual nº 10.954/93, não gerando direito a férias, 13º salário ou outras vantagens de caráter indenizatório, não restando malferida qualquer norma constitucional. Não houve Contrariedade. Sem interesse da douta Procuradoria de Justiça, fls. 107. Vieram-me os autos conclusos. Feito o breve relato, decido monocraticamente. A matéria trazida ao conhecimento desta relatoria trata-se de restituição referente aos pagamentos das parcelas correspondentes ao 13º salário e a 1/3 de férias, durante o período laborado. Compulsando os autos, observo que foi firmado um contrato administrativo temporário entre o apelado e o Estado de Pernambuco, nos termos da Lei Estadual nº 10.954/93, que estabeleceu, dentre outros pontos, a remuneração, a carga horária de trabalho e o regime jurídico daquela relação. Neste aspecto, a despeito do caráter especial do contrato em questão, não se pode entender que a previsão contida no art. 9º, da Lei 10.954/93, tem o condão de suplantar direitos assegurados em sede constitucional, de sorte que tais disposições se nos afiguram carecedoras de validade. O contrato por tempo determinado encontra-se previsto no art. 37, IX, da CF/88: IX- a lei

085

estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. A propósito, é de se destacar que a Lei Complementar nº 49, de 31/01/2003, reconheceu o direito em questão, àqueles que viessem a firmar contratos de caráter especial, o que é exatamente a situação da lide. Mister ressaltar que o objeto da lide versa tão somente quanto à percepção dos pagamentos referentes às férias não gozado correspondentes a um mês de serviço, acrescido de 1/3 bem como 13º salário por cada ano de serviço efetivamente prestado, nos termos do art. 39, § 3º, da CF/88. Nesse contexto, observo que a remuneração salarial é uma contraprestação pelos serviços efetivamente prestados, sendo um direito do trabalhador, garantido pela Constituição Federal, independente do vínculo que o servidor tem com a Administração Pública, seja efetivo ou celetista, sob pena de enriquecimento sem causa do Estado. Neste diapasão, o contratado demonstrou através de documentos acostados aos autos, fls. 10/14, que prestou serviço à edilidade e em contrapartida, o Estado não logrou êxito em comprovar a inexistência da prestação dos serviços, insurgindo-se, apenas, quanto ao alegado direito ao benefício das férias e do 13º salário. A conduta adotada pela Administração Pública Estadual fere o preceituado no art. 333, II, do CPC, visto que caberia à mesma o ônus da prova desconstitutiva da alegada falta de pagamento das verbas salariais reclamadas. Neste sentido, colaciono jurisprudência de minha Relatoria com arestos adiante ementados: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. COBRANÇA DE SALÁRIOS RETIDOS E NÃO PRESCRITOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE MINISTERIAL. VERBAS DEVIDAS. PRELIMINARES REJEITADAS. MÉRITO. APELO IMPROVIDO. 1. Conforme precedente citado deste sodalício, é a Justiça comum competente para processar ação de cobrança de verbas salariais decorrentes de contrato de trabalho por tempo determinado nos termos do art. 37, IX, da CF. 2. Preliminar de incompetência material à unanimidade rejeitada. 3. É reiterada a jurisprudência do STJ no sentido de que nas ações em que se discute interesse meramente patrimonial da fazenda pública não há necessidade de intervenção do Ministério Público. 4. Preliminar de nulidade do processo à unanimidade rejeitada. 5. Mérito. Desde que exerceram regularmente suas funções perante a edilidade apelante, fazem os apelados jus às verbas salariais reclamadas, à falta de comprovação oportuna de pagamento (art. 333, II, do CPC), sem que se entendam vulnerados os arts. 114, I, da CF e 82, II, e 246 do CPC. 6. Apelo à unanimidade improvido (AC 139804-5, 8CC, Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, julgado em 20/12/2007). Por estas razões, e considerando que a decisão de origem está de acordo com esta Corte local de Justiça, com supedâneo no art. 557, *caput*, do CPC, nego seguimento ao apelo, mantendo-se o *decisum* do juízo de primeiro grau em todos os seus termos. Com o trânsito em julgado, baixem-se os autos ao juízo de origem, para fins de oportuna execução contra a municipalidade. P. e I. Recife, 3 de novembro de 2009 Des. Ricardo Paes Barreto *Relator*.

Segundo o agravante, a legislação local não prevê o pagamento de férias e 13º salário para servidores contratados temporariamente, prequestionando-se explicitamente os arts. 3º e 9º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual 10.954/93, art. 26, da Lei Estadual 11.216/95.

Tratando-se as verbas reclamadas de direitos assegurados constitucionalmente, executados o serviço, possui o agravado direito à contraprestação salarial e ao adicional de férias e 13º, nos termos do art. 39, § 3º da CF/88, sendo irrelevante o fato de sua relação com o Estado advindo de contrato de trabalho temporário.

(R)

026  
10  
1

Diante de todo exposto, nego provimento ao recurso de agravo,  
não considerando vulnerados os dispositivos de regência explicitamente  
prequestionados.

É como voto.

Recife, 21 de janeiro de 2010

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
*Relator*